

Na primeira sessão extraordinária, parlamentarismo vence por 11 a 4

068

P. 5

6-8-87

ANC

X

BRASÍLIA — A única forma de solucionar a crise política brasileira, na opinião da maioria dos constituintes que discursaram na primeira sessão destinada ao debate de temas específicos, é a adoção do parlamentarismo. Apenas três dos 14 oradores defenderam o presidencialismo.

O Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), Presidente da Comissão de Sistematização, ao fazer um retrospecto da história republicana, acusou o presidencialismo de tornar violenta e ditatorial a política brasileira. Para ele, a melhor forma de manter o "espírito cordial e fraterno do brasileiro" seria o parlamentarismo.

Já o Deputado Nilton Friedrich (PMDB-PR), do Movimento Unidade Progressista (MUP), criticou o presidencialismo por criar uma "ditadura do técnico, do assessor, sem controle do Parlamento e sem um Governo que atenda as necessidades das urnas". Este sistema de Governo não democratiza o conhecimento para não perder a sua força maior, acrescentou.

Para o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), se o parlamentarismo não for adotado, "o País caminhará para uma crise que colocará em risco a unidade nacional". Acrescentou que o diálogo entre o Ministé-

rio e a Câmara, para que todas as ações governamentais sejam fiscalizadas, evitará conseqüências graves para as crises que surgirem. No presidencialismo, segundo ele, qualquer diálogo entre Oposição e Situação é encarado com desconfiança.

Em defesa do parlamentarismo misto, a Deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP) afirmou que a eleição direta do Presidente da República e do Congresso fortalece a vontade soberana do povo, oferecendo mais segurança democrática e econômica:

— Se já existisse o voto de desconfiança, provavelmente não teríamos o Plano Cruzado e essa enorme dívida externa — opinou Tutu.

O primeiro a defender o presidencialismo foi o Senador João Menezes (PFL-PA). Para ele, o Brasil não está em "condições intelectuais" para adotar o parlamentarismo:

— Se não temos estabilidade e condições para cumprir o Regimento Interno da Constituinte, como poderemos fazer um parlamentarismo à altura do povo brasileiro? — perguntou. Num aparte, o Senador Hugo Napoleão (PFL-PI) afirmou que o fim do presidencialismo impediria o fortalecimento do Congresso.

O Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) afirmou que a única possi-

bilidade de se alcançar justiça é através do voto da população. A diferença entre parlamentarismo e presidencialismo, segundo ele, é a de que o presidencialismo permite a comunicação de cada eleitor com o centro do poder, enquanto o parlamentarismo, ao contrário, resulta de um "acordo entre as elites de uma instância intermediária entre o voto do cidadão e a organização do Governo".

Último orador a discursar a favor do presidencialismo, o Deputado José Genoíno (PT-SP) disse que a Presidência da República é um "referencial fundamental de relações propriamente políticas para a sociedade como um todo". Segundo o parlamentar, em torno das questões que envolvem a Presidência e o Presidente, são abordados "os principais problemas nacionais, as principais reivindicações populares, as relações entre política e administração pública".

— Mais importante até do que o resultado eleitoral em si é a oxigenação política que as eleições para Presidente introduzem em uma sociedade tradicionalmente despolitizada e onde a politização é essencial para que as multidões possam tomar nas mãos seus próprios destinos.